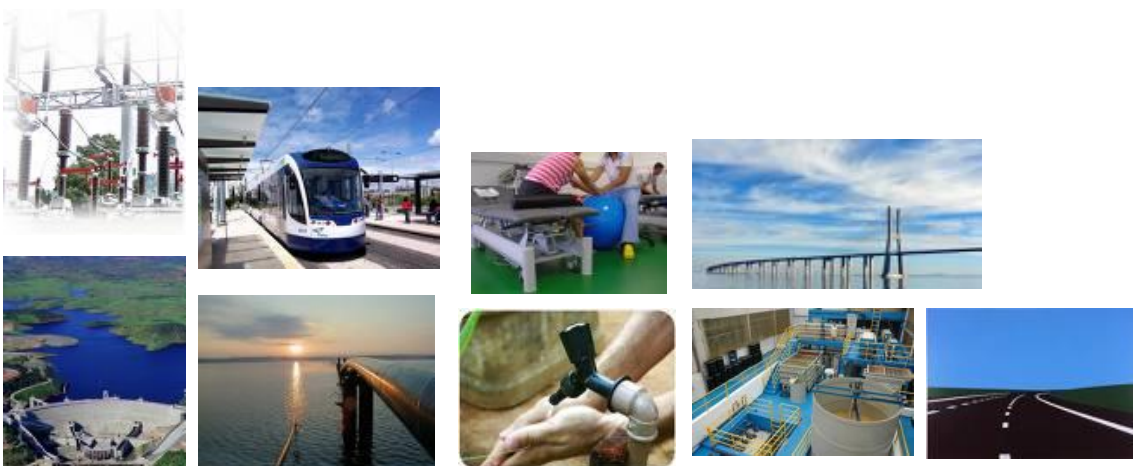


# **GASEPC – GABINETE DE ACOMPANHAMENTO DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO, PARCERIAS E CONCESSÕES**

**Boletim Informativo sobre Parcerias Público-Privadas**

**3.º Trimestre 2009**



# ÍNDICE

<b>1. NOTA INTRODUTÓRIA</b>	<b>3</b>
<b>2. O UNIVERSO DAS PPP</b>	<b>4</b>
<b>3. EVENTOS RELEVANTES</b>	<b>5</b>
<b>3.1. Concessões Ferroviárias</b>	<b>5</b>
3.1.1 Alta Velocidade Ferroviária	5
3.1.2 Outros Projectos Ferroviários	5
<b>3.2. Concessões Rodoviárias</b>	<b>6</b>
3.2.1 Concessão EP – Estradas de Portugal	6
3.2.2 Outros factos relevantes no sector rodoviário	6
<b>3.3. Concessões da Saúde</b>	<b>7</b>
3.3.1. Concessões da 1. <sup>a</sup> vaga	7
3.3.2. Concessões da 2. <sup>a</sup> vaga	7
<b>3.4. Concessões do Ambiente</b>	<b>7</b>
<b>3.5. Outras Concessões</b>	<b>9</b>
<b>4. FLUXOS FINANCEIROS</b>	<b>10</b>
4.1. Encargos Globais	10
4.2. Encargos com Concessões Rodoviárias	11
4.3. Encargos com Concessões Ferroviárias	13
4.4. Encargos com Concessões do Sector Saúde	14
4.5. Encargos com outras Concessões	15
<b>5. NOTAS FINAIS</b>	<b>16</b>
<b>6. ANEXOS</b>	<b>17</b>

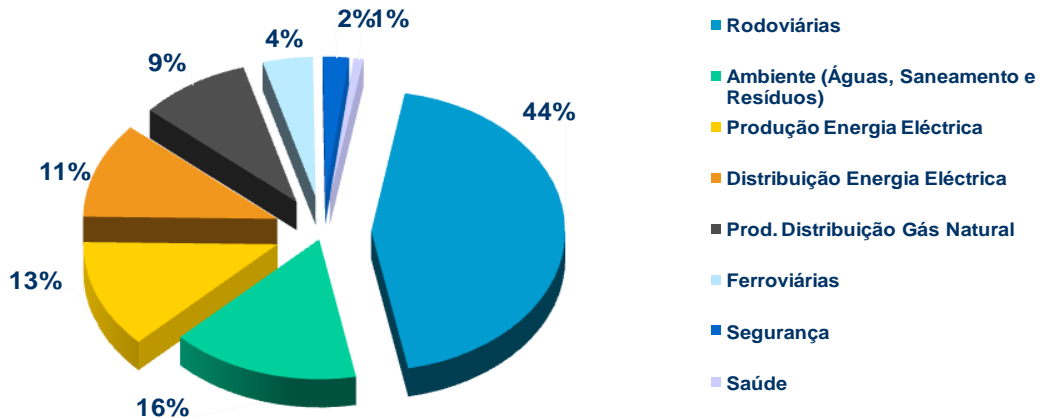
## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O universo de parcerias público-privadas actualmente identificado contempla 79 contratos. No entanto, ao longo do presente boletim faremos referência apenas àqueles que justificaram a menção de factos relevantes com eles relacionados ou a indicação de fluxos financeiros ocorridos no período.

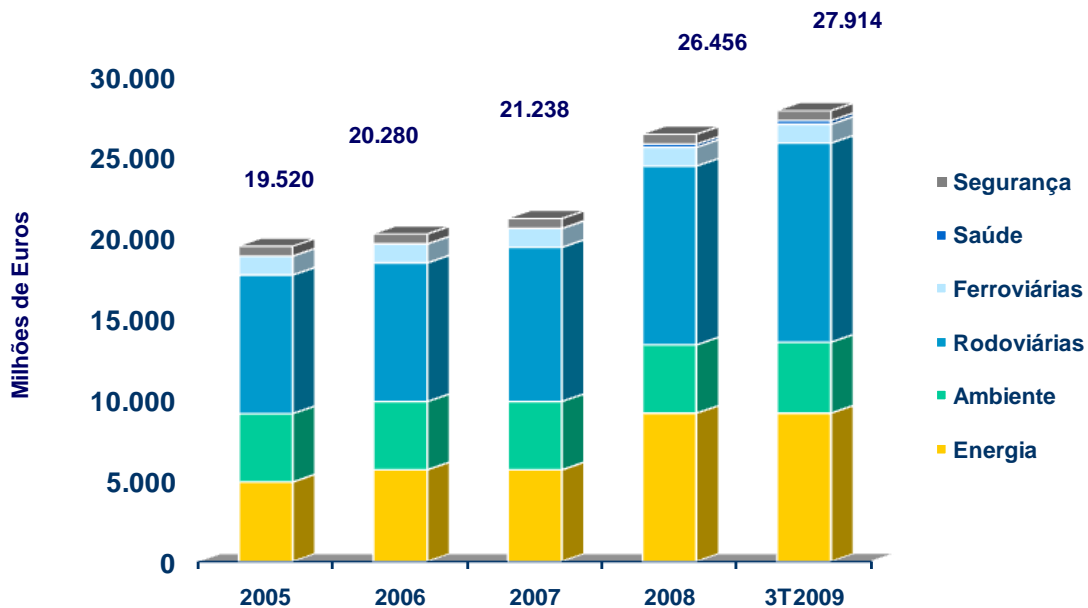
Neste boletim informativo, introduziram-se critérios de harmonização mais rigorosos para o cálculo dos valores de investimentos implementados na modalidade de PPP, recorrendo-se, designadamente, aos casos-base sempre que disponíveis, ou às melhores estimativas dos custos de construção de infra-estruturas fornecidas pelas entidades que representam o parceiro público, pelo que, os valores de investimento mencionados no presente boletim não são inteiramente comparáveis com os constantes dos boletins informativos anteriores.

## 2. O UNIVERSO DAS PPP

**Gráfico 2.1. Repartição do Investimento das PPP por sector**



**Gráfico 2.2. Evolução do Investimento das PPP**



**Observações:**

- Os valores apresentados referem-se aos valores globais estimados para investimentos nas infra-estruturas e equipamentos instalados, e incluem todos os projectos contratados até ao final do 3.º trimestre de 2009.
- O acréscimo de investimento no 3.º trimestre de 2009 ascende a 123 M€ e corresponde a investimentos na área do ambiente e saúde (em termos acumulados, os contratos celebrados no ano representam um acréscimo de investimento de 1.458 M€).
- O Sector Energia inclui as actividades relacionadas com o gás natural, electricidade e hidroeléctricas.

## 3. EVENTOS RELEVANTES

### 3.1. Concessões Ferroviárias

#### 3.1.1 Alta Velocidade Ferroviária

Data	Evento
31-08-09	Apresentadas as propostas para o concurso PPP2 (Troço Poceirão - Caia do Eixo Lisboa - Madrid), pelos seguintes consórcios concorrentes: "ELOS", "ALTA VIA" e "TAVE TEJO".
09-09-09	Publicado o despacho de constituição da comissão de acompanhamento para a preparação do concurso para a concessão dos sistemas de sinalização e telecomunicações da rede ferroviária de alta velocidade – PPP 6 (Despacho n.º 20339/2009, de 28/08).

Fonte: [www.rave.pt](http://www.rave.pt)

No final do 3.º trimestre, o concurso referente à PPP1 (Troço Lisboa – Poceirão, do Eixo Lisboa - Madrid) encontrava-se na fase de negociação com os concorrentes "Elos – Ligações de Alta Velocidade" e "Alta Via Alentejo – Infraestruturas de Alta Velocidade".

#### 3.1.2 Outros Projectos Ferroviários

Data	Evento
23-07-09	A RCM n.º 62/2009 de 23 de Julho procedeu à prorrogação do mandato da equipa de missão do Gabinete do Metro Sul do Tejo até ao limite máximo de 3 anos. O referido Gabinete assegura o acompanhamento da obra da 1.ª fase daquele empreendimento e a realização dos estudos relativos ao desenvolvimento das 2.ª e 3.ª fases.
28-08-09	Aprovado o programa de procedimentos e o caderno de encargos do Concurso para a construção do prolongamento da Linha C do Metro do Porto, entre as Estações ISMAI e Paradela (Despacho do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 28/08).
08-09-09	Publicado o despacho que nomeia a comissão de negociação para o estudo de uma eventual prorrogação do contrato de concessão «Travessia Ferroviária do Tejo» celebrado com a FERTAGUS. (Despacho n.º 20262/2009, de 01/09). O actual contrato de concessão vigora até 31.12.2010, podendo ser prorrogado por um período adicional de 9 anos.

## 3.2. Concessões Rodoviárias

### 3.2.1 Concessão EP – Estradas de Portugal

Data	Evento
31-08-09	Mandatada a Estradas de Portugal para lançar quatro novas Subconcessões Rodoviárias até ao final do 1.º semestre de 2010: Vouga, Serra da Estrela, Tejo Internacional e Ribatejo, na extensão total de 800 Km (Despacho n.º19868-A/2009, de 28/08, do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, contempladas no Plano Rodoviário Nacional aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de Julho, e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 10 de Agosto. Cerca de 60% das vias concessionadas será apenas objecto de requalificação, tendo em vista a modernização da actual rede de estradas, enquanto 40% correspondem a construção de novos troços. Refira-se ainda que 90% destas vias são estradas de proximidade, sem perfil de auto-estrada.

### 3.2.2 Outros factos relevantes no sector rodoviário

Data	Evento
29-09-09	<p>O grupo «Aenor» passou a denominar-se «Ascendi», na sequência da celebração, entre os Grupos Mota-Engil e Espírito Santo, de uma parceria para a gestão comum dos seus activos em concessões de infra-estruturas de transportes.</p> <p>Actualmente, a Ascendi integra seis Concessões Rodoviárias com um total de 850 km de extensão, o que representa, aproximadamente, 5 mil Milhões de Euros de investimento:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Concessão Norte - 175 Km de extensão</li><li>- Concessão Costa de Prata - 110 km de extensão</li><li>- Concessão Beiras Litoral e Alta - 173 km de extensão</li><li>- Concessão Grande Porto - 56 km de extensão</li><li>- Concessão Grande Lisboa - 91 km de extensão</li><li>- Concessão Douro Interior - 242 Km de extensão</li></ul>

### 3.3. Concessões da Saúde

#### 3.3.1. Concessões da 1.ª vaga

Data	Evento
15-07-09	<b><u>Hospital de Braga</u></b> O contrato de gestão, assinado em 9 de Fevereiro de 2009, obteve o visto do Tribunal de Contas. A empresa Escala Braga - Gestora do Estabelecimento, SA assumiu a gestão do Hospital de São Marcos no dia 1 de Setembro de 2009.
10-09-09	<b><u>Hospital de Loures</u></b> Foi adjudicada a parceria ao Agrupamento Consis Loures (Grupo Espírito Santo Saúde). A conclusão da empreitada está prevista para 2012 e o investimento e manutenção ronda os 135 milhões de euros.
16-09-09	<b><u>Hospital de Vila Franca de Xira</u></b> Despacho do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Saúde que autoriza a escolha do concorrente classificado em primeiro lugar - Agrupamento Escala Vila Franca de Xira - com vista à realização da fase procedimental de negociação final.

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

#### 3.3.2. Concessões da 2.ª vaga

Data	Evento
24-07-09	<b><u>Hospital Central do Algarve</u></b> Despacho do Ministro de Estado das Finanças e da Ministra da Saúde sobre o relatório final da fase de qualificação do concurso, na qual foram seleccionados, os seguintes concorrentes: Agrupamento Algarve Saúde (liderado pela Ferrovial) e Teixeira Duarte, Engenharia e Construções, S.A.

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

Relativamente às concessões da 2ª vaga, no final do trimestre encontrava-se ainda em concurso o Hospital Lisboa Oriental, em fase de apreciação de propostas e o novo Hospital de Vila Nova de Gaia/Espinho estava em fase de preparação de lançamento do concurso.

### 3.4. Concessões do Ambiente

Data	Evento
16-07-09	No âmbito das concessões no sector do ambiente, foram aprovados em Conselho de Ministros os seguintes diplomas:



- Decreto-Lei que cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste, em substituição dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água do norte da área do Grande Porto, do Minho-Lima, e do Vale do Ave, e constitui a sociedade Águas do Noroeste, S. A. (aguarda publicação);
- Decreto-Lei n.º 312/2009, de 27 de Outubro, que constitui a sociedade «SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S. A.» e atribui-lhe o exclusivo da exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Grande Porto para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Maia, Paredes, Penafiel e Vila Nova de Gaia, criado pelo Decreto-Lei n.º 260/2000, de 17 de Outubro;
- Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de Setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central, em substituição dos sistemas multimunicipais de resíduos sólidos urbanos do Baixo Tâmega, do Alto Tâmega e do vale do Douro Sul, e constitui a sociedade RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.;

13-08-09      Aprovado o diploma com a orgânica da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR, I.P.) que irá substituir o IRAR, a partir de 1 de Novembro de 2009. O novo regime jurídico alarga o âmbito de intervenção da ERSAR a todas as entidades gestoras destes serviços, independentemente do tipo de entidade que presta o serviço, com uma maior uniformidade de procedimentos, atribuindo maiores competências e poderes ao regulador. (Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro).

20-08-09      Aprovado o Decreto-Lei n.º 195/2009 de 20 de Agosto, que procede à alteração dos Decretos-lei n.º 294/94, de 16 de Novembro, n.º 319/94, de 24 de Dezembro e n.º 162/96, de 4 de Setembro, todos referentes aos regimes jurídicos das concessões da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, de captação e abastecimento de águas para consumo público e de tratamento de resíduos sólidos urbanos. Entre as principais alterações, constam a fixação do prazo máximo das concessões em 50 anos e a introdução de novas regras de fixação e revisão de tarifas.

### 3.5. Outras Concessões

Data	Evento
20-07-09	Despacho do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Administração Interna, o qual autoriza a Entidade Gestora do SIRESP a introduzir as alterações necessárias à articulação com a nova configuração definida para o Serviço 112, não envolvendo encargos adicionais para o parceiro público.
17-09-09	Despacho do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Administração Interna, o qual nomeia a Comissão de Acompanhamento que irá supervisionar o projecto de parceria público-privada da Escola de Formação da GNR de Portalegre.

## 4. FLUXOS FINANCEIROS

### 4.1. Encargos Globais

#### Quadro 4.1.1. Comparação com período homólogo

Parcerias	3T 2008		3T 2009		% Δ 3 T 09/08	
	Global	s/REF <sup>1</sup>	Global	s/REF <sup>1</sup>	Global	s/REF <sup>1</sup>
Rodoviárias	220,6	212,0	220,7	210,8	0,0%	-0,6%
Ferrovíarias	0,0	0,0	3,8	0,0	-	-
Saúde	0,8	2,9	24,2	24,2	2812,8%	727,2%
Segurança	8,8	8,8	7,1	7,1	-19,5%	-19,5%
<b>TOTAL PPP</b>	<b>230,2</b>	<b>223,7</b>	<b>255,8</b>	<b>242,1</b>	<b>11,1%</b>	<b>8,2%</b>

Fonte: Entidades Gestoras dos projectos

Uni: 10<sup>6</sup> €

<sup>1</sup> REF : Reequilíbrio Financeiro

#### Quadro 4.1.2. Grau de realização fase à previsão anual

Parcerias	PREVISTO 2009		3T 2009 ACUMULADO		% GRAU DE EXECUÇÃO	
	Global	s/REF <sup>1</sup>	Global	s/REF <sup>1</sup>	Global	s/REF <sup>1</sup>
Rodoviárias	689,7	647,8	669,4	648,0	97,1%	100,0%
Ferrovíarias	88,0	10,5	83,8	2,7	95,3%	-
Saúde	126,1	126,1	54,8	54,8	43,5%	43,5%
Segurança	41,0	41,0	27,4	27,4	66,8%	66,8%
<b>TOTAL PPP</b>	<b>944,7</b>	<b>825,3</b>	<b>835,4</b>	<b>732,9</b>	<b>88,4%</b>	<b>88,8%</b>

Fonte: Entidades Gestoras dos projectos

Uni: 10<sup>6</sup> €

<sup>1</sup> REF : Reequilíbrio Financeiro

Os fluxos financeiros realizados no 3.º trimestre de 2009 ascenderam ao montante global de 255,8 Milhões de Euros, com peso predominante das concessões rodoviárias, correspondendo a um acréscimo de 11% face ao período homólogo de 2008, devido aos encargos estabelecidos para as novas parcerias da área da saúde.

Relativamente às concessões rodoviárias, os fluxos financeiros das SCUT contratualmente estabelecidos são processados três vezes por ano, no início de cada quadrimestre, pelo que, no final do 3.º trimestre já se encontravam realizados todos os fluxos correntes previstos para o ano.

## 4.2. Encargos com Concessões Rodoviárias

### Quadro 4.2.1. Comparação com período homólogo

Concessões	3T 2008			3T 2009			% Δ 3T 09/08 s/REF
	Correntes	REF	Total	Correntes	REF	Total	
Scut do Algarve (IC4/IP1)	13,8	0,0	13,8	14,2	0,0	14,2	3%
Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	43,9	0,0	43,9	45,3	0,0	45,3	3%
Scut Interior Norte (IP3)	36,6	0,0	36,6	35,6	0,0	35,6	-3%
Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	23,3	0,0	23,3	23,7	0,0	23,7	2%
Scut Grande Porto (IP4/IV24)	23,2	0,0	23,2	25,0	0,0	25,0	8%
Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	13,9	0,0	13,9	14,2	0,0	14,2	3%
Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	57,4	0,0	57,4	52,7	0,0	52,7	-8%
Lusoponte	0,0	8,6	8,6	0,0	9,9	9,9	n.a.
Grande Lisboa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.a.
<b>Total</b>	<b>212,0</b>	<b>8,6</b>	<b>220,6</b>	<b>210,8</b>	<b>9,9</b>	<b>220,7</b>	<b>-0,6%</b>

Fonte: Estradas de Portugal SA

Uni: 10<sup>6</sup> €

Os maiores desvios face ao período homólogo verificam-se nas concessões Scut Grande Porto e Scut Beiras Litoral e Alta, com +8% e -8%, respectivamente. Na concessão Scut Grande Porto, o aumento dos pagamentos do Estado em 2009 foi determinado pelo aumento de tráfego registado. Pelo contrário, em relação à Scut Beiras Litoral e Alta, os encargos para o Estado, no mesmo período, sofreram uma redução face ao período homólogo de 2008, devido, essencialmente, ao facto da tarifa definida para 2009 ser inferior (-7,8% em 2009 face a 2008).

### Quadro 4.2.2. Grau de realização face à previsão anual

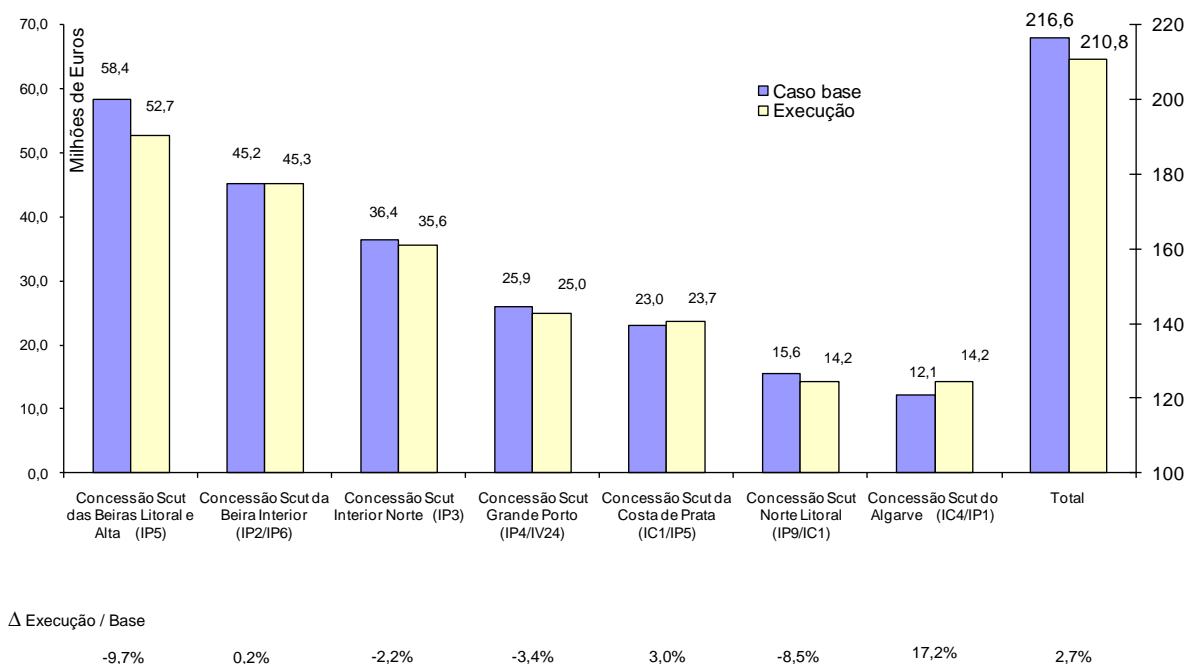
Concessões	PREVISTO 2009		REAL 3T 2009 ACUM.		% EXECUÇÃO	
	Global	s/REF	Global	s/REF	Global	s/REF
Scut do Algarve (IC4/IP1)	43,3	43,3	43,3	43,3	100,0%	100,0%
Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	138,6	138,6	138,6	138,6	100,0%	100,0%
Scut Interior Norte (IP3)	109,1	109,1	109,2	109,2	100,1%	100,1%
Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	72,1	72,1	72,1	72,1	100,1%	100,1%
Scut Grande Porto (IP4/IV24)	79,8	79,8	79,8	79,8	100,0%	100,0%
Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	42,6	42,6	42,6	42,6	100,0%	100,0%
Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	162,3	162,3	162,3	162,3	100,0%	100,0%
Lusoponte	21,5	0,0	21,5	0,0	99,8%	n.a.
Grande Lisboa	4,4	0,0	0,0	0,0	0,0%	n.a.
Autoestrada do Oeste (AEA)	16,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	n.a.
<b>Total</b>	<b>689,7</b>	<b>647,8</b>	<b>669,4</b>	<b>648,0</b>	<b>97,1%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Estradas de Portugal SA

Uni: 10<sup>6</sup> €

Como atrás se referiu, o facto dos pagamentos correntes referentes às concessões rodoviárias serem realizados com uma cadência quadrimestral explica que no final do 3.º trimestre já estejam realizados os encargos previstos para o ano, não se registando desvios.

**Gráfico 4.2.1 SCUT 3T 2009 - Execução Vs Caso Base**



Como se observa no Gráfico 4.2.1 os maiores desvios verificaram-se nas SCUT do Algarve, Norte Litoral e Beiras Litoral e Alta, com +17,2%, -8,5% e -9,7%, respectivamente. Em termos globais, os pagamentos efectuados no 3.º Trimestre de 2009 fixaram-se 2,7% abaixo das previsões constantes do caso-base.

As SCUT do Algarve (+17,2%) e da Costa de Prata (+3%) são as únicas que registaram desvios positivos mais significativos face ao estipulado no caso base, devido ao aumento real do tráfego das respectivas vias.

### 4.3. Encargos com Concessões Ferroviárias

#### Quadro 4.3.1. Comparação com período homólogo

Concessões	3T 2008			3T 2009			% Δ 3 T 09/08
	Correntes	REF	Total	Correntes	REF	Total	
Eixo Ferroviário Norte Sul <sup>(1)</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a
MST-Metro Sul do Tejo <sup>(2)</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	3,82	3,82	n.a
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3,82</b>	<b>3,82</b>	<b>n.a</b>

Fonte: IMTT e Gabinete do MTS

Uni: 10<sup>6</sup> €

<sup>(1)</sup> Os pagamentos são semestrais e ocorrem em Junho e Dezembro, pelo que não há registo de fluxos no 3º trimestre.

<sup>(2)</sup> A concessionária concluiu a 2.ª fase do investimento no final de 2008.

No trimestre em análise registou-se unicamente o pagamento adicional do Estado à sociedade Metro Sul do Tejo, no montante de 3,82 Milhões de Euros, resultante da negociação entre as partes para ressarcimento da concessionária por trabalhos adicionais. Em termos acumulados no ano, os encargos atingiram os 81,1 Milhões de Euros, registando-se um acréscimo de 4,6% face ao previsto para 2009.

#### Quadro 4.3.2. Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2009		3T 2009 ACUM.		% EXECUÇÃO	
	Global	s/REF	Global	s/REF	Global	s/REF
Eixo Ferroviário Norte Sul	10,5	10,5	2,7	2,7	26,2%	26,2%
MST-Metro Sul do Tejo	77,5	0,0	81,1	0,0	104,6%	n.a
<b>Total</b>	<b>88,0</b>	<b>10,5</b>	<b>83,8</b>	<b>2,7</b>	<b>95,3%</b>	<b>26,2%</b>

Fonte: IMTT e Gabinete do MTS

Uni: 10<sup>6</sup> €

## 4.4. Encargos com Concessões do Sector Saúde

### Quadro 4.4.1. Comparação com período homólogo

Concessões	3T 2008			3T 2009			% Δ 3T 09/08
	Correntes	REF	Total	Correntes	REF	Total	
Centro Medicina Física e Reab. Sul	1,2	-2,1	-0,9	1,3	0,0	1,3	-242%
Centro Atendimento do SNS	1,8	0,0	1,8	4,9	0,0	4,9	178%
Hospital de Cascais	n.a	n.a	n.a	11,0	0,0	11,0	n.a.
Hospital de Braga	n.a	n.a	n.a	7,0	0,0	7,0	n.a.
<b>Total</b>	<b>2,9</b>	<b>-2,1</b>	<b>0,8</b>	<b>24,2</b>	<b>0,0</b>	<b>24,2</b>	<b>2813%</b>

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

Uni: 10<sup>6</sup> €

O montante de encargos suportados pelo concedente no período em análise, no sector da saúde, fixou-se nos 24,2 Milhões de Euros, valor substancialmente superior ao registado no período homólogo, pelo facto de incluir 18 Milhões de Euros de pagamentos relativos às concessões dos Hospitais de Cascais e de Braga, cuja execução financeira teve início em Janeiro e Setembro do ano em curso, respectivamente.

Saliente-se, por outro lado, o aumento dos encargos pagos à concessionária do Centro de Atendimento SNS (Saúde 24), face ao período homólogo, devido, essencialmente, ao acréscimo significativo do número de utentes atendidos e da actualização dos preços, de acordo com o estabelecido nos respectivos contratos de gestão.

### Quadro 4.4.2. Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2009		3T 2009 ACUM.		% EXECUÇÃO	
	Global	s/REF	Global	s/REF	Global	s/REF
Centro Medicina Física e Reab. Sul	5,3	5,3	4,0	4,0	74,9%	74,9%
Centro Atendimento do SNS	12,1	12,1	10,9	10,9	89,8%	89,8%
Hospital de Cascais	43,8	43,8	32,9	32,9	75,1%	75,1%
Hospital de Braga	64,8	64,8	7,0	7,0	10,8%	10,8%
<b>Total</b>	<b>126,1</b>	<b>126,1</b>	<b>54,8</b>	<b>54,8</b>	<b>43,5%</b>	<b>43,5%</b>

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

Uni: 10<sup>6</sup> €

Apesar dos aumentos registados face ao período homólogo anterior, no final do 3.º trimestre de 2009, os encargos líquidos pagos, representavam apenas 43,5% dos montantes previstos para o ano de 2009. A baixa execução verificada deve-se sobretudo ao Hospital de Braga, cuja realização financeira teve início no 3.º Trimestre, após o “visto” do Tribunal de Contas.

## 4.5. Encargos com outras Concessões

### Quadro 4.5.1. Comparação com período homólogo

Concessão	3T 2008			3T 2009			% Δ 3T 09/08
	Correntes	REF	Total	Correntes	REF	Total	
SIRESP - Sist.Int. Rede Emerg. Seg.	8,8	0,0	8,8	7,1	0,0	7,1	-19,5%
<b>Total</b>	<b>8,8</b>	<b>0,0</b>	<b>8,8</b>	<b>7,1</b>	<b>0,0</b>	<b>7,1</b>	<b>-19,5%</b>

Fonte: MAI/DGIE Uni: 10<sup>6</sup> €

No período em análise, esta concessão registou um decréscimo dos pagamentos do concedente face ao período homólogo (-19,5%). O montante de encargos acumulado no final do 3.º trimestre de 2009 está em linha com o plano em execução.

### Quadro 4.5.2. Grau de realização face à previsão anual

Concessões	PREVISTO 2009		3T 2009 ACUM.		% EXECUÇÃO	
	Global	s/REF	Global	s/REF	Global	s/REF
SIRESP - Sist.Int. Rede Emerg. Seg.	41,0	41,0	27,4	27,4	66,8%	66,8%
<b>Total</b>	<b>41,0</b>	<b>41,0</b>	<b>27,4</b>	<b>27,4</b>	<b>66,8%</b>	<b>66,8%</b>

Fonte: MAI/DGIE Uni: 10<sup>6</sup> €

De salientar ainda, que está prevista para este ano, a conclusão da rede nacional de comunicações de emergência e segurança.

## 5. NOTAS FINAIS

Entre os factos mais relevantes ocorridos já no 4.º Trimestre de 2009 até à data de elaboração deste Boletim Informativo, destacam-se o seguinte:

- O Despacho n.º 23198/2009, de 13 de Outubro, determina que a EP – Estradas de Portugal, S.A. prepare e promova o lançamento, até ao final do 1.º semestre de 2010, do concurso público internacional para a subconcessão Rota Oeste.
- Encontram-se em preparação os recursos aos Acórdãos n.º 160/09 e 161/09, ambos de 02/11/09, emitidos pelo Tribunal de Contas, no âmbito da fiscalização prévia, relativos aos contratos das subconcessões: AENOR Douro - Estradas do Douro Interior, SA e Auto-Estradas XXI - Subconcessionária Transmontana, SA..
- Foi enviado aos Concorrentes para efeitos de “audiência prévia”, o relatório de avaliação de propostas da respectiva comissão do concurso para a concessão do Hospital Lisboa Oriental.

**Lisboa, 16 de Novembro de 2009**

## 6. ANEXOS

### Quadro 6.1.1. Concessões Transportes (Sector Rodoviário em Exploração)

Valor do Investimento a preços correntes, sem IVA

Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€
Concessão Lusoponte	Lusoponte,SA	1995	30	867,0
Concessão Norte	AENOR,SA	1999	36	879,2
Concessão Oeste	A-E Atlantico,SA	1999	30	453,5
Concessão Brisa	Brisa	2000	35	2.623,8
Concessão Litoral Centro	Brisal, SA	2004	30	550,7
Concessão Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	ScutVias,SA	1999	30	628,3
Concessão Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	LusoScut Costa de Prata,SA	2000	30	320,7
Concessão Scut do Algarve (IC4/IP1)	EuroScut,SA	2000	30	228,5
Concessão Scut Interior Norte (IP3)	NorScut,SA	2000	30	504,1
Concessão Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	LusoScut Beiras Litoral e Alta,SA	2001	30	718,4
Concessão Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	EuroScut Norte,SA	2001	30	318,6
Concessão Scut Grande Porto (IP4/IV24)	LusoScut,SA	2002	30	492,5
Sub-concessão Grande Lisboa	LusoLisboa,SA	2007	30	180,0
Fonte: Estradas de Portugal SA	Investimento em construção e expropriações			8.765,1

### Quadro 6.1.2. Concessões Transportes (Sector Rodoviário em Construção)

Valor do Investimento a preços correntes, sem IVA

Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€
Sub-concessão Douro Litoral	AEDL,SA	2007	27	777,7
Sub-concessão AE Transmontana	A-E 21, SA	2008	30	535,9
Sub-concessão Douro Interior	Aenor Douro,SA	2008	30	641,7
Sub-concessão Tunel do Marão	A-E Marão,SA	2008	30	348,2
Sub-concessão Baixo Alentejo	VB T,SA	2009	30	381,9
Sub-concessão Baixo Tejo	SPER,SA	2009	30	270,1
Sub-concessão Litoral Oeste	AELO, SA	2009	30	443,6
Sub-concessão Algarve Litoral	Rotas do Algarve Litoral, SA	2009	30	165,1
Concessão de Gestão Sist.Identificação Electrónico	SIEV - Sist. Id. Elect. de Veículos, SA	2009	25	n.a
Fonte: Estradas de Portugal SA	Investimento em construção e expropriações			3.564,4
	n.a. - não aplicado			

### Quadro 6.1.3. Concessões Transportes (Sector Ferroviário em Exploração)

Investimento (preços correntes, sem IVA)

Sector Ferroviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Estimativa M€
Metro Sul Tejo	MTS,SA	2001	30	268,7
Transp. Ferroviário eixo-norte/sul (*)	Fertagus,SA	1999	11	900,0
Fonte: IMTT e Gabinete do MTS	(*) Estimativa do Investimento realizado pela REFER			

## Quadro 6.2. Concessões do Sector da Saúde

Sector Saúde	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€	
Gestão do Centro de Atendimento do SNS	LCS,SA	2006	4	4,0	E
Gestão Centro Medicina Fisica Reabilitação Sul	HPP,SA	2006	7	3,0	E
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora do Edifício	Escala Braga, Gestora do Edifício SA	2008	30	123,3	C
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora Estabelecimento (*)	Escala Braga, Gestora do Estabelecimento SA	2009	10	34,0	E
Gestão H. Cascais-Ent. Gestora Estabelecimento	HPP,SA	2008	10	n.d.	E
Gestão H. Cascais - Ent. Gestora do Edifício	TDHOSP,SA	2008	30	63,3	C

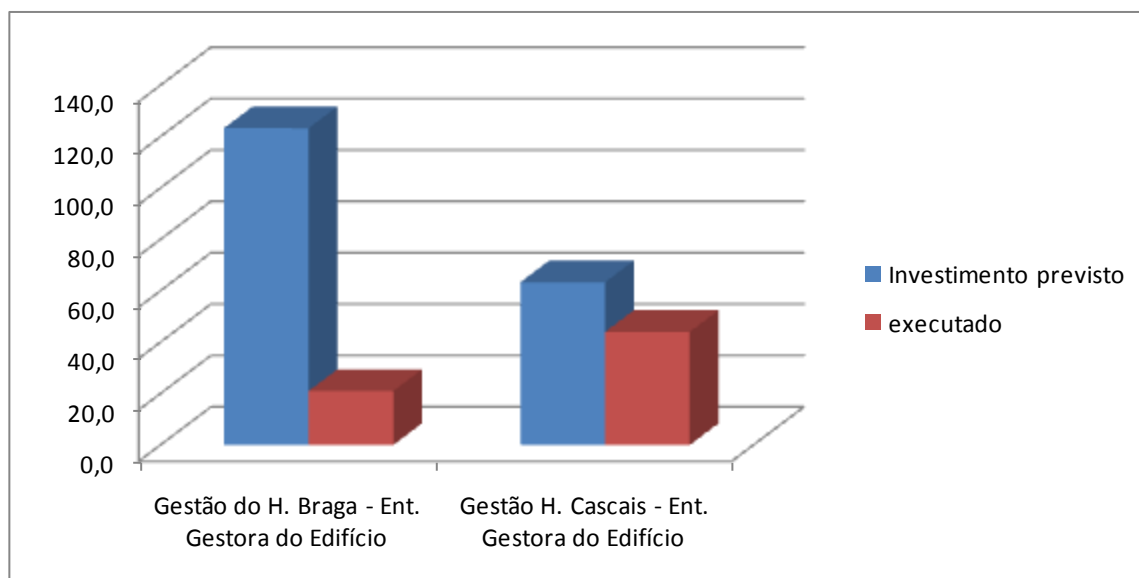
Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

Obs: E - Exploração C - Construção

227,6

(\*) Valor de Investimento cedido pela Concessionária

## Gráfico 6.1. Investimentos das Parcerias da Saúde (Em construção M €)



### Quadro 6.3. Concessões do Sector Ambiental (Em exploração)

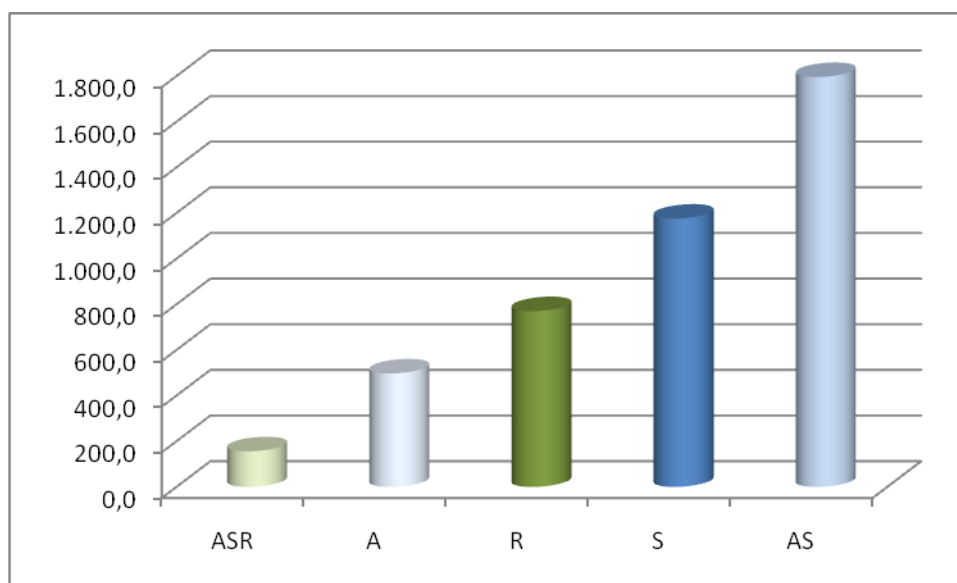
Sector Ambiente (Águas, Saneamento e Resíduos)	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Estimativa M€	
Águas do Cávado	Águas do Cávado, SA	1995	30	103,2	A
Águas do Centro Alentejano	Águas do Centro Alentejano, SA	2003	30	69,3	A
Águas do Douro e Paiva	Águas do Douro e Paiva, SA	1996	30	272,7	A
Águas do Oeste	Águas do Oeste, SA	2001		51,8	A
Águas de Santo André	Águas de Santo André, SA	2001	30	130,3	AS
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA	2001	30	418,4	AS
Águas do Algarve	Águas do Algarve, SA	1995	30	457,6	AS
Águas do Ave	Águas do Ave, SA	2003	33	239,2	AS
Águas do Centro	Águas do Centro, SA	2001	30	37,8	AS
Águas do Minho e Lima	Águas do Minho e Lima, SA	2000	30	173,7	AS
Águas do Mondego	Águas do Mondego, SA	2004	35	243,8	AS
Águas do Norte de Alentejano	Águas do Norte de Alentejano, SA	2000	30	95,0	AS
Águas do Zézere e Côa	Águas do Zézere e Côa, SA	2000	30	155,8	ASR
Algar	Algar, SA	1996	25	45,7	R
Amarsul	Amarsul, SA	1997	25	51,2	R
Ersuc	Ersuc, SA	1997	25	68,6	R
Resinorte	Resinorte - valorização e trat. resíduos sólidos,	2009	30	163,0	R
Resiestrela	Resiestrela, SA	2008	30	ND	R
Resioeste	Resioeste, SA	1998	25	33,1	R
Resulima	Resulima, SA	1996	25	24,0	R
Suldouro	Suldouro, SA	1996	25	39,4	R
Valnor	Valnor, SA	2001	29	24,8	R
Valorlis	Valorlis, SA	1996	25	23,6	R
Valorminho	Valorminho, SA	1996	25	10,1	R
Valorsul	Valorsul, SA	1995	25	286,4	R
Sanest	Sanest, SA	1995	25	201,6	S
Simarsul	Simarsul, SA	2004	30	227,0	S
Simlis	Simlis, SA	2000	30	69,0	S
Simria	Simria, SA	2000	30	157,4	S
Simtejo	Simtejo, SA	2001	30	520,2	S

Fonte: Águas de Portugal, SA

A - Abastecimento S - Saneamento

R - Resíduos

### Gráfico 6.2. Investimentos das Concessões do Sector Ambiental (M €)



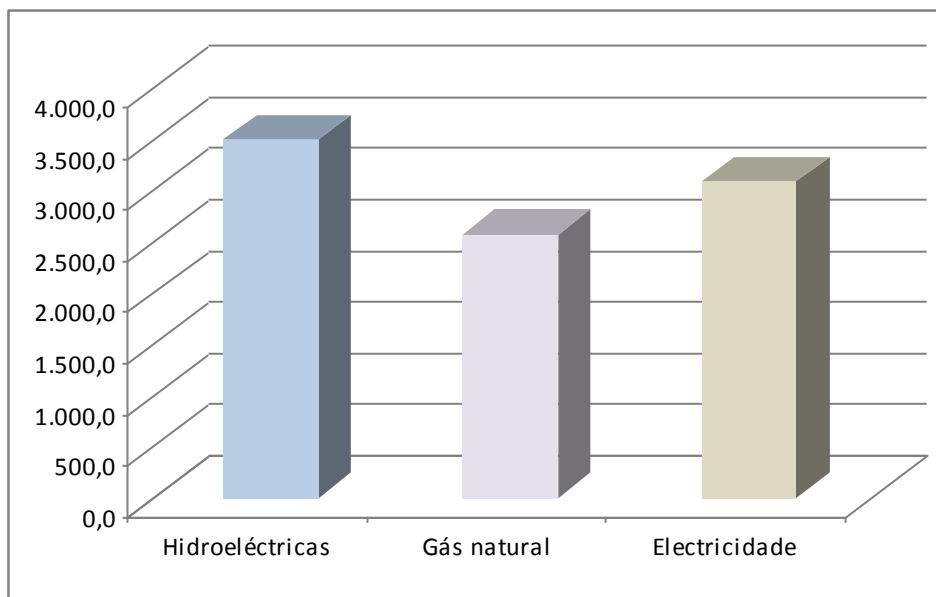
Obs: A – Abastecimento de Água; R - Resíduos; S – Saneamento; AS – Abastecimento e Saneamento; ASR – Abastecimento, Saneamento e Resíduos

## Quadro 6.4. Concessões do Sector Energético

Sector Hídrico	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Estimativa M€	
Barragem de Foz Tua	EDP	2008	75	340,0	C
Barragens de Gouvães, Padreselos, Alto Tâmega, Daivões	IBERDROLA	2008	65	1.700,0	C
Barragens do Fridão e Alvito	EDP	2008	65	510,0	C
Barragem Baixo Sabor	EDP	2008	65	257,0	C
Barragem Girabolhos	ENDESA	2008	65	360,0	C
Barragem do Alqueva	EDP	2008	35	339,0	E
Sector ENERGIA - GÁS NATURAL	Concessionário	Ano	Prazo	Activo fixo Líquido (2008) M€	
Armaz. Subterrâneo de Gás Natural (Guarda)	Transgás Armazenagem, SA	2006	40	29,3	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Lisboa)	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisb	2008	40	578,0	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Centro)	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, SA	2008	40	289,3	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Setúbal)	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	159,8	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Porto)	Portgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	307,4	E
Armaz. Regasificação de Gás Natural (Sines)	REN Atlântico, SA	2006	40	212,0	E
Armaz. Subterrâneo Gás Natural (Guarda, Pombal)	REN Armazenagem, SA	2006	40	114,9	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Beiras)	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, SA	2008	40	69,2	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Vale do Tejo)	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, SA	2008	40	66,5	E
Gestão Rede Nacional Transporte de Gás Natural	REN Gasodutos, SA	2006	40	753,0	E
Sector ENERGIA - ELECTRICIDADE	Concessionário	Ano	Prazo	Activo fixo Líquido (2008) M€	
Rede Eléctrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	50	1.291,7	E
Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2006	35	1.808,3	E

Fonte: ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

## Gráfico 6.3. Investimentos por subsectores (M €)



### Quadro 6.5. Outras Concessões

Sector Segurança Interna	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Estimativa M€
SIRESP	SIRESP - Redes digitais de Seg. e Emergência	2002	20	609,0

### Gráfico 6.4. Parcerias Público-Privadas acompanhadas pelo GASEPC

